

EVASÃO E FRACASSO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESTUDO DE UMA ESCOLA RURAL

Waldir Ferreira de ABREU¹

Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA
awaldir@ufpa.br

Damião Bezerra de OLIVEIRA²

Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA
damião@ufpa.br

Maria Domingas M. da SILVA³

SEMEC/Concórdia do Pará
mdomingas@hotmail.com

Resumo: *A pesquisa trata da evasão escolar em uma escola da zona rural do município de Concórdia do Pará. Constatou-se que as crianças participam da produção agrícola com seus familiares e, no período de colheita, elas se ausentam das atividades escolares para a vida produtiva da comunidade. O principal objetivo da investigação foi analisar as causas da evasão escolar na Escola Santa Maria I, na zona rural do município de Concórdia do Pará. A pesquisa usou a abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas com professores, alunos e familiares dos alunos, com a finalidade de compreender o porquê de a evasão escolar ser tão frequente na zona rural do município, principalmente na escola localizada na comunidade Santa Maria I. Concluiu-se que o modelo educacional proposto pela Secretaria Municipal de Educação de Concórdia está descontextualizado da realidade da comunidade Santa Maria, assim como o currículo escolar não atende às necessidades da zona rural de Concórdia do Pará.*

Palavras-Chave: *Evasão Escolar, Educação do Campo, Comunidade, Escola Rural.*

Abstract: *The research comes to school dropout in a public school in the rural area of Concórdia do Pará. It was found that children involved in agricultural production with their families and, in the period of harvest, they absented of school activities for the productive life of community. The research had as its main objective examine the causes of school dropout School in Santa Maria I in the rural area in*

¹ Professor da Universidade Federal do Pará, Mestre em Educação/UFPA, Doutorando em Ciências Humanas e Educação – PUC/RIO, pesquisador do GEPERUAZ/CEDE/UFPA.

² Professor da Universidade Federal do Pará, Mestre em Educação/UFPA, Pesquisador do GUPIFEE.

³ Licenciada plena em pedagogia pela UFPA, professora de Concórdia do Pará.

the city of Concórdia do Pará. The research used the qualitative approach, with semi-structured interviews with teachers, students and relatives of students, with the aim to understand why the school dropout be as normal in the rural area of the municipality, mainly in the school community located in Santa Maria I. We concluded that educational model proposed by the municipal secretary of education be outside of the context of reality of Santa Maria community, and the school curriculum does not meet the rural area of Concórdia do Pará.

Keywords: *Evasion School. Peasant Education. Community. Rural School.*

Introdução

O artigo tem como finalidade relatar a pesquisa realizada sobre evasão escolar na educação rural na comunidade Santa Maria no município de Concórdia do Pará. A investigação permitiu identificar e analisar as causas do fenômeno.

A opção pela abordagem qualitativa mostrou-se acertada, pois possibilitou uma aproximação compreensiva ao tema, um envolvimento intenso e denso com a realidade que se procurava compreender, levando em conta os seus aspectos objetivos e subjetivos como uma totalidade dialeticamente articulada.

Na compreensão dos fenômenos, lançou-se mão de observações e de entrevistas semiestruturadas, com professores, técnicos, alunos e pais, da comunidade. Para realizarmos essa etapa da pesquisa, elaboramos um conjunto de questões que, articuladas à problemática, orientaram a investigação. Algumas entrevistas foram realizadas na escola pesquisada, outras na Secretaria de Educação do município.

A fim de construir o objeto de pesquisa como uma totalidade que se constitui no jogo entre o concreto e o abstrato, na inter-relação prática e teoria, consideramos importante o trabalho de reflexão sobre a temática, de modo a possibilitar uma melhor compreensão da situação da evasão escolar em geral, especialmente na zona rural, cujo caso em estudo é "E.M.E.F. Santa Maria I".

O artigo está organizado em três momentos. No primeiro, "Sociedade e Escola: uma relação inevitável e conflituosa", desenvolveu-se uma breve discussão quanto aos fatores que direcionam o nosso país, como a política econômica alicerçada na visão neoliberal, o capitalismo e suas conseqüências na educação escolar. No segundo momento, abordou-se o "Fracasso Escolar: evasão e repetência", discutindo a questão do fracasso escolar no Brasil, contextualizando e traçando o assunto de

acordo com a realidade no município de Concórdia do Pará. No terceiro momento, fizemos “Considerações sobre a evasão escolar na zona rural do município de Concórdia do Pará”, com base nos dados coletados no decorrer do trabalho de campo.

Com a pesquisa, verificamos que as causas principais da evasão escolar na zona rural do Município de Concórdia – onde a agricultura familiar é principal fonte de renda –, são a saída das crianças para colheitas e a descontextualização do currículo escolar à realidade da zona rural.

I Sociedade e escola: as causas e relações conflituosas

A relação entre escola e sociedade sofre as influências das transformações de ordem econômica, social, política e cultural. Entretanto, para compreender as implicações da sociedade sobre educação é necessário que se conheça o panorama, mesmo superficial, da configuração atual da sociedade, marcada pela complexidade do modelo neoliberal que passou a dominar a economia mundial a partir do final do século XX, tornando conflituosa a relação entre sociedade, economia e educação.

Sabe-se que para entendermos o contexto político e econômico brasileiro é necessário conhecermos o projeto político neoliberal, que impõe uma nova ordem mundial cuja base é globalização da lógica do capital que se apresenta como única promotora do desenvolvimento possível dos países. O neoliberalismo apresenta o capitalismo com uma nova roupagem, aparentemente mais humana, porém seus princípios continuam favorecendo a desumanidade, a opressão, a desvalorização do ser e a assimetria nas relações entre os países.

Segundo Oliveira&Libâneo (1998):

O capitalismo, para manter sua hegemonia, organiza as forças de produção e consumo e divide fronteiras comerciais para integrar imediatamente a economia. Trata-se de mudanças no sentido de fortalecer o capitalismo, o que quer dizer: fortalecer as nações ricas e reduzir os países mais pobres na dependência, como consumidores. Essas alterações no rumo do capitalismo se dão, no entanto, no momento em que o cenário mundial em todos os aspectos é bastante diversificado (p.559-600).

Seja da perspectiva macro, seja de um ângulo das relações micros, tal hegemonia visa a garantir os privilégios dos detentores do

poder político e econômico para que eles possam usufruir dos bens da sociedade em detrimento da maioria da população, principalmente, da parcela que vive no campo, por isso é que cabe à escola a responsabilidade de, ideologicamente, assegurar a hegemonia e os interesses da classe dominante.

Damasceno (1993) afirma que:

A escola deveria preparar o aluno para não aceitar essa situação onde poucos têm muito e a maioria não tem nem o que tiver [...] sei que é difícil, mas a escola devia se preocupar com o trabalho da gente, que dá duro todo dia; penso que os professores e os trabalhadores juntos poderiam fazer uma escola diferente (p. 14).

Diante desta afirmação, podemos entender a situação da sociedade brasileira que se apresenta dividida em classes, numa polarização de ricos e pobres, com repercussão direta na diferenciação da qualidade do ensino, uma vez que as escolas para ricos oferecem melhores possibilidades educativas do que aquelas que os pobres são obrigados a frequentar.

Embora o aspecto econômico não deva ser o único a ser considerado na discussão, indubitavelmente ele possui uma importância fundamental, pois dele depende o suprimento das necessidades materiais básicas do ser humano, garantidoras da própria sobrevivência. Como para a humanização e dignidade do ser humano não basta o viver, mas o viver bem, há outras necessidades não desprezíveis, como a de educação formal, que no sistema capitalista tem sido cada vez mais vista como um bem de consumo à venda do que um direito de todos.

É dentro desta lógica que o fator econômico tem influência na qualidade de ensino e de vida da sociedade contemporânea, uma vez que os que não possuem poder de consumo passam a não ter acesso ao ensino que está à venda. A saída encontrada pelo Estado brasileiro tem sido as políticas compensatórias de redistribuição de renda e as políticas de distribuição de bolsas e de cotas para o acesso aos níveis mais altos de educação.

A situação de desigualdade social e de econômica é um fato de amplo alcance que possui nuances e particularidades. Desse modo, as crianças, os jovens e adolescentes, mas, em grande parte, os adultos das classes populares do campo sofrem os efeitos mais funestos desse sistema de desigualdade, tendo, muitas vezes, que abdicar do seu existir camponês em busca de uma melhor inserção na sociedade: procuram as

zonas urbanas e as grandes cidades onde iniciam novas formas de lutas por direitos e cidadania.

1.1 A educação escolar no contexto das transformações da sociedade contemporânea

A educação entrou nos planos do governo a partir da década de 70, após muita discussão, uma vez que o plano de metas era industrializar o país a qualquer custo. Essa industrialização do país demandava técnicos, o que obrigou o governo a desenvolver estratégias educacionais para efetivá-las.

Nesse sentido, a ênfase dada à educação foi puramente técnica. É oportuno ressaltar que não se trata de reduzir ou desqualificar a importância da formação técnica, pois não há país, em um cenário mundial dominado pelo processo crescente de industrialização, que não necessite de técnicos. A crítica aqui aponta para outra direção: a educação de um povo não pode ser reduzida aos saberes técnicos (KUENZER, 2000).

No Brasil, as políticas sociais, econômicas e educacionais continuam se delineando de acordo com as propostas de mercado e para atender ao mercado. Diversificação, produtividade, eficiência e competência são as palavras de ordem. De certo modo, esta mentalidade tende a se cristalizar, o que representa um grande perigo para o campo educacional, pois ao se regular a sociedade segundo a lógica da competição, estaria se esvaziando a escola de seu verdadeiro sentido. Faz-se necessário fazermos transformações para que possamos alterar essa lógica mercadológica imposta à educação. Só assim torna-se possível desenvolvermos e melhorarmos a escola que temos e damos a ela mais eficiência e chegamos a níveis mais avançados de educação.

Ao longo dos tempos, a educação tem sido um mecanismo de transformação social, no sentido de lapidações ideológicas, sobretudo no que diz respeito às grandes revoluções ocorridas. A escola, por ser a principal fonte sistematizadora do conhecimento, tem um papel fundamental na sociedade contemporânea.

Sabemos que a educação não resolve por si só o problema do país, tampouco sozinha promove a inclusão social. Porém, ela pode ser um elemento muito importante, se for combinada com um conjunto de ações políticas, econômicas e culturais que mexam e modifiquem o sistema econômico.

1.2 Educação formal e trabalho na zona rural

Ao nos depararmos com a educação rural ou do campo é tão necessário que façamos uma breve reflexão sobre o que chamamos de zona rural. Neste sentido, Fernandes (2002, p. 91) ressalta a expressão “campo” em substituição ao “rural”, concebendo-a como “um espaço social com vida, identidade cultural próprio e práticas compartilhadas para aqueles que a vivem”, e não mais como um espaço territorial, demarcador de área. Da mesma forma, Martins (2003) chama atenção para se pensar o homem do campo para além da reduzida categoria “trabalhador rural”, concebendo-o como agente dinâmico do processo sociocultural.

Ressaltamos que historicamente o modelo de desenvolvimento brasileiro, comandado pelas elites e para as elites, sempre acreditou que a população rural precisava “aprender somente a ler e a escrever”, o que sempre foi uma verdadeira negação dos direitos de acesso e de permanência na escola para a população do campo, bem como, ainda hoje, predomina o entendimento de que “rural” era tudo o que sobrava do “urbano”, sinônimo de “atraso”.

Na zona rural, por exemplo, como ressalta Calazans (*apud* DAMASCENO, 1993, p.116), “[...] a criança que trabalha tem dificuldades ao se defrontar com a escola [...]”. Sugere-se, pois, uma espécie de estranhamento entre criança trabalhadora e a instituição escolar: é como se a escola não tivesse realmente destinada ao seu modo de vida e aos seus projetos de existência.

Com isso não se quer dizer que a escola não possa ser parte importante das estratégias de desenvolvimento, mas para isso, precisa desenvolver um projeto educativo contextualizado, que trabalhe a produção do conhecimento desde questões relevantes para a intervenção social nessa referida realidade, coisa que não acontece com a escola hoje. O que vem predominando no ensino rural são currículos, concepções, conhecimentos e valores urbanos que estão fora da realidade do campo, dificultando a afirmação da identidade socioterritorial e desmotivando o estudante do campo a frequentar a escola.

Entendemos que o trabalho rural faz parte da cultura e da vida das crianças, nesse sentido não podemos encará-lo como um mal, mas como algo inerente à vida das populações do campo. Por isso, não podemos culpar o trabalho rural como o principal causador da evasão escolar, já que ele acontece, mais precisamente nos períodos de colheitas em que os pais “aproveitam” os filhos para aumentar sua renda, fazendo com isso que

estes se afastem da escola. Isto porque inúmeras famílias, da zona rural, não dispõem de estruturas necessárias para o trabalho, tendo a família que usar as crianças em todas as atividades de colheita para conseguir a sua sobrevivência.

Mediante essas questões, as crianças são "sacrificadas" em termos escolares, pois "precisam" ajudar seus familiares a aumentar sua renda. Geralmente um filho de agricultor é também agricultor" (OLIVEIRA, 1998, p. 88). Por isso, participar da produção da família é uma situação necessária para as crianças do campo, já que devem aprender a buscar suas subsistências na agricultura e no meio onde elas são inseridas.

No que diz respeito aos profissionais da educação, a inabilidade e a insuficiente qualificação dificulta o trabalho na zona rural, o que o torna problemático em muitas regiões do País. Isto é, faltam professores qualificados para atuarem nas escolas rurais. E quando os professores são habilitados, não dispõem dos recursos necessários e adequados para desenvolver uma educação conectada com a realidade da criança do campo, promovendo uma prática educativa descolada do contexto rural. Somando-se a tudo isso, os professores que trabalham na zona rural ficam isolados e, muitas vezes, sem assistência pedagógica e sem supervisão escolar, em razão da dispersão territorial dos centros educativos. No entanto, esses fatores mostram que grande parte das responsabilidades pelos problemas relacionados à educação do campo é do sistema educacional, que apresenta suas falhas em questões fundamentais, sobretudo nas escolas da zona rural, onde o contexto social é totalmente diferente da zona urbana, embora em termos curriculares seja considerado igual.

Na situação atual, muitos professores/professoras do meio rural costumam fazer parte de um círculo vicioso: são vítimas de um sistema educacional que desvaloriza o seu trabalho, que coloca o meio rural como uma penalização e não como uma escolha, que não viabiliza a sua qualificação profissional, que rebaixa a sua auto-estima e sua confiança no futuro. Como vítimas, tornam-se então provocadores de novas vítimas à medida que realizam um trabalho desinteressado, desqualificado e sem ânimo.

Segundo Arroyo (1999),

Em grande medida, os alunos rurais abandonam naturalmente a escola, não só pela insuficiência técnica dos professores, precariedade na infra-estrutura, distância das escolas, mas principalmente porque não conseguem

perceber a utilidade ou aplicabilidade dos conteúdos que lhes eram ensinados, que não respondiam aos seus interesses e aspirações. Além disso, a necessidade de mão-de-obra das filhas para completar o orçamento das famílias frente à atual crise financeira que tanto tem penalizado os agricultores familiares, também contribui para a evasão escolar (p. 83).

Diante destes fatos, pode-se dizer que a educação deixa de ser um mecanismo de inclusão e de mudança, principalmente no que diz respeito à formação do homem do campo, uma vez que a educação não é entendida e avaliada levando-se em consideração a localidade onde é aplicada.

No momento atual, discute-se a necessidade de uma política educacional que contemple a cultura do homem do campo. O discurso de Kolling (1999) explicita muito bem essa questão quando reforça que,

O propósito é conceder uma educação básica do campo, refletida nos interesses e no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, entendendo as suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação. "Não basta ter escolas do campo, ou seja, é necessário escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo (p. 29).

Neste sentido, há de se convencer de que a educação rural deve ser planejada de acordo com as realidades locais, o que exige a construção de novas posturas e de novas ações, sem perder de vista o seu enraizamento sociocultural e o respeito aos valores que são inerentes aos grupos humanos específicos, como ainda se configura na maior parte das comunidades rurais.

Para tanto, o planejamento curricular da zona rural precisa ser contextualizado, levando em conta que a realidade do campo é totalmente diferenciada em relação à realidade da zona urbana, por isso as adequações à especificidade do campo são necessárias para que haja um melhor aproveitamento escolar por parte dos educandos.

De acordo com Fernandes (2002),

A educação do campo é um conceito vinculado com a preocupação de se delimitar um território agrícola. Nesse

pensamentos é defender o direito que uma população sem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos o mundo. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo, e evidentemente, o seu próprio lugar a partir do cidade. Esse modo de pensar idealizando leva ao estanhamento de si mesmo, o que dificulta a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural (p. 89).

Uma nova concepção de educação do campo vem sendo gestada, preconizando um novo jeito de construir um projeto de educação com a participação dos trabalhadores rurais, sujeitos desse processo educativo. Uma construção a várias mãos, e não um projeto de educação pensado para eles, mas a partir deles.

Para a formação dos professores que trabalham no campo devem ser consideradas as realidades locais, a vida, a cultura e a comunidade como mecanismos para a manutenção dos alunos na escola. Portanto, a formação dos professores da zona rural deve ser um fator fundamental no combate ao fracasso escolar.

Apesar de estarmos em pleno século XXI, em que o avanço tecnológico abrange grande parte do mundo, a maioria das famílias na zona rural vive do cultivo de gêneros produzidos na roça e de forma manual. O pequeno agricultor ainda não tem acesso a instrumentos de produção, usando ainda o trabalho braçal todos os anos para poder produzir seus gêneros. Arroyo (1992) evidencia esta questão quando afirma que,

Temos que lutar entre continuar tratando o homem do campo como um animal carente que precisa ser alimentado, curado, infirmado, integrado, educado ou passar a tratá-lo como um cidadão trabalhador historicamente excluído dos direitos básicos que vêm buscando conquista desde o século e se organizando na reivindicação de seus direitos (p. 85).

Assim, a visão da educação que está sendo colocada em pauta é aquela que concebe o campo como espaço de vida e resistência, que contempla os “modos vividos” do homem do campo, o seu contexto social, mas que não esquece a importância do intercâmbio com a cultura científica moderna, desde que tal relação não implique “invasão cultural”, mas em troca dialógica e assimilação consciente da alteridade, tendo em

vista as necessidades, mas garantindo a preservação dos traços identitários e das singularidades desse homem do campo.

No item seguinte discutiremos os problemas do fracasso escolar, que têm se apresentado no campo sob as formas de evasão e repetição ao final do ano letivo.

2 Fracasso escolar: exclusão social e educacional

Ao observarmos o fracasso escolar, sobretudo a evasão e a repetição, faz-se necessário pensarmos respostas concretas para essa problemática.

Oliveira e Libâneo (1998), afirmam que,

Algumas crianças provenientes de famílias pobres fracassam na escola por terem uma 'língua-pobre', pouco elaborada e com vocabulário reduzido. Essa 'língua-pobre' e deficiente seria resultado da 'pobreza do conteúdo cultural' em que tais crianças vivem e que não servirá para expressar o pensamento lógico ou formal que a criança deve desenvolver. Os defensores dessa visão afirmam conseqüentemente, a necessidade de programas para remediar essa situação das deficiências causadas pelo âmbito familiar e cultural (p. 74-75).

As crianças e jovens do campo se inserem precocemente no trabalho para integrar a mão-de-obra familiar. A simultaneidade entre trabalho e escolarização marca as possibilidades da não permanência da criança na escola, pois a forma inadequada do calendário escolar à realidade do meio rural e a sazonalidade do trabalho agrícola é um fator determinante para que as crianças não acompanhem o currículo escolar verticalizado e urbanocêntrico.

Leite (apud FERNANDES, 1999) afirma que na zona rural a escola oferece

Currículo inadequado, geralmente elaborado por autoridades governamentais; com vista na realidade urbana; currículo de caráter didático-metodológico deficiente; salas multi-séries; calendário escolar em dissidência com a sazonalidade do campo; ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico; ausência de material de apoio escolar tanto para o professor quanto para os alunos (p. 56).

O freqüente descompasso entre calendário escolar e a agenda do trabalho agrícola é um dos fatores que restringem o acesso e incrementam a evasão do ensino no meio rural. O ingresso tardio na escola, currículos inadequados, as freqüentes interrupções dos estudos e as reprovações das crianças e dos adolescentes são as causas prováveis da elevada defasagem entre idade e série dos estudantes da zona rural.

Isso significa que o problema da evasão escolar pode ser resolvido e controlado, se o planejamento e o currículo escolar levarem em conta a realidade da zona rural. Caso contrário, mesmo que governantes procurem formas clássicas para amenizar a situação, a cada ano que passe o problema vai se repetir. A solução para o problema está em buscar, junto com a sociedade, com os movimentos sociais do campo, com os representantes dos trabalhadores rurais, e, principalmente, com as comunidades rurais, uma solução consistente que venha atender principalmente às necessidades básicas para a construção de uma escola do campo, fazendo com que os pais sintam-se responsáveis pela permanência de seus filhos na escola, e as crianças possam organizar o seu tempo na escola e seu tempo na comunidade, o que chamamos *pedagogia da alternância*⁴.

Partindo desse pressuposto, vale apenas ressaltar que o problema da evasão escolar pode ser resolvido, desde que os sujeitos do processo sejam ouvidos. Não é possível pensarmos em um projeto de educação humanizadora, democrática e cidadã que não inclua as comunidades excluídas, sem romper com os estereótipos e preconceitos existentes contra o homem do campo na sociedade. Trabalhar em prol de um projeto segundo o qual todos devem estar incluídos socialmente implica também rever as questões da escola e dos processos excludentes que nela se outecem. Vencer o fracasso escolar, desmistificá-lo, torna-se também uma das condições que visam à inclusão social, principalmente do homem do campo.

Combater o fracasso escolar se torna requisito indispensável para um processo educativo de qualidade. Implica defender uma educação que evite a exclusão por motivo de raça, sexo, cultura, idade, condição econômica ou outras formas de discriminação, para favorecer um projeto

⁴ O conceito de alternância é polissêmico, apesar de se registrar a sua operacionalização como dispositivo pedagógico desde a década de 1930, na França, nas célebres *Maisons Familiales Rurales*. A ênfase socialista da alternância tem sido adotada, no Brasil, pelo movimentos sociais do campo, como o MST (ZAMBERLAN, 1995; GIMONET, 1982; RABELO, 2005).

de liberdade e diversidade cultural, garantindo o direito de todos a desfrutar com igualdades os meios e oportunidades de formação.

A criação de uma rede escolar que lute contra o fracasso escolar e contra a exclusão social, que trabalhe com a diversidade social e cultural existente é necessária, pois pensa a educação para além da escola, permitindo que ela cumpra a importantíssima função de educar as novas gerações, em que todos assumam suas cotas de responsabilidades, formulando um sistema educativo integrado com a sociedade, é papel de todos.

Um dos problemas mais comuns no meio rural ou em escolas urbanas de poucos recursos é o afastamento dos alunos por motivo diversos: baixos recursos económicos, por precisarem ajudar os pais em atividades domésticas, ou porque precisam trabalhar para ajudar na renda familiar, ou por não apresentarem bom desempenho nas aulas. Essas e outras características levam a uma elevada taxa de evasão escolar.

Portanto faz-se necessário salientar que na zona rural o problema ainda se torna mais grave quando comparado à zona urbana, pois naquela geralmente só é ofertado o ensino de 1.ª a 4.ª série. Os alunos concluintes precisam se deslocar até a sede do município para dar prosseguimento aos estudos. Isso significa uma mudança de hábitos, costumes e choques culturais, sem falar na discriminação que, infelizmente, ainda existe, do povo da zona urbana em relação à zona rural. Esses e outros entraves também contribuem para que os alunos desistam dos estudos.

Isso significa que nas regiões consideradas mais pobres a tendência é que a evasão escolar seja mais frequente em face das dificuldades enfrentadas pelos alunos em sua trajetória escolar.

Outro fator a destacar nas escolas rurais – o que inclui as de Concórdia do Pará – é a organização curricular multisseriada. Contudo, um desafio a vencer diz respeito à formação docente adequada para trabalhar com essa realidade, garantido a qualidade social e cognitiva do processo de ensino-aprendizagem.

Dá porque a resolução dos problemas enfrentados pela educação rural não se resolve somente com medidas administrativas, técnicas e metodológicas, mas cobra igualmente o compromisso político e na participação popular na redefinição e na construção do *ethos* educacional. Em tal cenário, portanto, o professor e a sua formação, como um dos agentes sociais da transformação, são componentes essenciais.

Faz-se necessário reconhecer o longo caminho a ser percorrido pelos agentes sociais no processo de transformação socioeducacional. Mesmo

os direitos à educação formal, previsto em dispositivos legais como a lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, encontram-se, em grande parte, em estado de “abstração”. A escolaridade obrigatória e gratuita para todas as crianças dos sete aos quatorze anos, e, conseqüentemente, a permanência delas na escola pelo menos durante oito anos, é um dever-ser irrealizado, como mostram as estatísticas oficiais que serão exibidas em seguida.

Segundo os dados do sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), divulgados pelo INEP (2007), a região que possui maior índice de crianças no estágio escolar muito crítico é a Norte, com cerca de 30%, seguida pela região Nordeste, com 21,2%. Com o menor percentual está a Região Sul, com 11,6%. Nas cidades com menos de 200 mil habitantes, 22,3% dos alunos estão neste nível de desempenho. Já aquelas com a população acima desse número, 15% dos alunos, da 4ª. série em diante, tiveram o pior desempenho.

Ainda segundo o SAEB/INEP (2007), a reprovação, o abandono e o conseqüente baixo desempenho incidem negativamente na vida escolar das crianças. Entre os alunos reprovados, pelo menos uma vez, 32% se situaram no pior patamar de desempenho do SAEB e entre aqueles que não foram reprovados, 12,4%. Do total dos alunos que declararam ter abandonado a escola pelo menos uma vez, 32,6% estão no estágio muito crítico; e para aqueles que não deixaram a escola o índice é de 16,6%, em relação ao atraso escolar; 19,3% dos alunos que apresentam um ano de defasagem estão no estágio muito crítico, e 11,1% entre aqueles que não apresentam distorção idade-série⁵.

Em geral, as políticas educacionais municipais têm-se preocupado em matricular o maior número de alunos, especialmente em razão da necessidade de aumentar receitas para a educação. No entanto, os dados convidam a se refletir sobre a insuficiência de tais medidas e a necessidade de encarar a complexidade cultural, social e geopolítica implicada na educação, especialmente na territorialidade rural.

3 Evasão escolar na zona rural do município de Concórdia do Pará

Como já foi mencionado no decorrer do texto, a problemática que ocorre na educação, tanto da zona rural quanto da zona urbana, tem

⁵ SAEB 2007/INEP - Curso escolar 2007.

contribuído direta ou indiretamente com o fracasso escolar das crianças das camadas populares do campo ou da cidade. Neste item, iremos nos deter somente na evasão escolar na zona rural, pois, como já falamos, é um dos graves problemas da educação brasileira, já que

A ausência de uma consciência a respeito do valor da educação no processo de construção da cidadania, ao lado das técnicas arcaicas do cultivo que não exigiam dos trabalhadores rurais preparações alguma, nem mesmo a alfabetização contribuíam para a ausência de uma proposta de educação escolar voltada aos interesses dos camponeses (FERNANDEZ, 2002, p. 9).

Diante disso, pode-se dizer que precisamos nos preocupar mais com a educação na zona rural, pois devemos lutar por políticas educacionais mais eficazes no sentido de proporcionar mais conhecimentos aos agricultores, para que juntos, de fato, possam exercer uma consciência crítica na sociedade.

Entretanto, o trabalho rural tem se modificado drástica e rapidamente sob o impacto do processo de agro-industrialização. Deste modo, o saber que o trabalhador necessita para exercer seu trabalho ultrapassa o aprendizado por tradição. Por isso é que compete à escola dar condições aos seus alunos para se apropriarem dos conhecimentos tecnológicos por meio de um ensino eficiente, sem negar a tradição, muito pelo contrário, tomando-o como base. É necessário que o poder público construa uma escola rural que ajude o homem do campo a acompanhar os avanços tecnológicos, por meio de qualificação e de aperfeiçoamento do trabalho que ele já desenvolve no campo.

A necessidade de mão-de-obra familiar nos trabalhos da lavoura leva pais a utilizarem cada vez mais seus filhos em período de safra ou de maior necessidade, coincidentes com o período escolar, retirando-os das atividades escolares como imperativo de subsistências.

O problema da evasão escolar precisa ser analisado a partir da realidade local, observando o contexto e suas especificidades. No caso do município de Concórdia do Pará, a educação oferecida na escola da comunidade Santa Maria não tem atendido aos anseios da comunidade, o que tem levado as crianças a evadirem-se da escola.

3.1 A escola rural pesquisada

A Escola Municipal Santa Maria I, localizada na zona rural no município de Concórdia do Pará, possui uma sala de aula, uma

cozinha, um banheiro e um poço. Oferta o Ensino Fundamental de 1.ª a 4.ª série, com uma turma unisseriada e uma multisseriada. A professora possui formação em Pedagogia, porém sem formação específica para educação do campo e poucos conhecimentos da zona rural, haja vista a mesma morar na zona urbana do município, indo à comunidade apenas para ministrar aulas, retornando diariamente a sua casa.

Para os pais, a escola é importante porque nela seus filhos podem aprender tudo aquilo que é relevante para vida deles. Percebemos que a visão dos pais sobre escola acompanha o ideal de uma escola formal burguesa; reclamam que essa mesma escola atrapalha o trabalho de seus filhos e a produção familiar, já que em período de colheitas eles ficam impossibilitados de acompanharem a família. Mesmo assim, eles deixam a escola e priorizam o trabalho, o que causa a evasão.

A escola, como agência formadora, deveria sensibilizar os pais sobre a importância de manter os filhos na escola e discutir a possibilidade de adaptação das atividades escolares às realidades das famílias para evitar a evasão.

Como podemos observar, a expectativa dos pais em relação à escola nos faz repensar o nosso compromisso de educador com uma escola de qualidade, com as famílias dos alunos e com a realidade da educação da zona rural. Garantir os direitos do homem do campo, realizando as modificações necessárias para valorizar a cultura da zona rural, é acima tudo o compromisso com a cidadania e com a formação do cidadão.

Considerações Finais

Sabe-se que hoje a educação do campo apresenta configurações diferenciadas em relação ao modelo da educação da cidade, o que exige um currículo compatível com a realidade e das comunidades da zona rural. No momento atual, a educação no campo busca criar identidade própria e desenvolver sua prática pedagógica mais voltada para a cultura da localidade, respeitando as diferenças entre cidade e campo. A pesquisa apresentou subsídios à Secretaria Municipal de Educação para que organize um currículo que respeite a realidade do campo, sugerindo sua organização em tempo-escola e tempo-comunidade; e que no tempo-comunidade seja trabalhada a vida produtiva da sociedade rural, o que, no nosso entendimento, tornaria o currículo escolar mais próximo da

realidade da comunidade e, conseqüentemente, solucionaria o problema da evasão escolar na escola pesquisada⁶.

Percebemos, também, com nossa pesquisa, que embora a Secretaria de Educação de Concórdia do Pará forneça alguns suportes para que o professor possa desenvolver suas atividades, não são suficientes para dar qualidade ao ensino. Dessa forma, o professor tem sido cobrado e responsabilizado pelas fragilidades do sistema educacional, sem que a escola esteja equipada com recursos materiais, técnicos, tecnológicos e currículo adequados ou ofereça as condições de trabalho necessárias para um bom funcionamento.

Como sabemos, a escola é uma invenção urbana, por isso as escolas no campo, ainda hoje, em pleno século XXI, não conseguiram ter uma identidade própria, voltada para sua realidade. A educação no campo é aquela que valoriza e se adéqua à cultura do campo e aos objetivos das comunidades rurais. A escola rural precisa ter um projeto político pedagógico com a cara do campo. O campo, com sua cultura, seus valores, suas circunstâncias, precisa ser respeitado pelas políticas públicas, inclusive pelas políticas educacionais.

A escola em Concórdia do Pará está procurando, segundo a Secretaria de Educação, adequar as suas ações pedagógicas e curriculares à realidade rural. *Estamos trabalhando incansavelmente, para que a educação rural seja valorizada em nosso município*, diz a secretária de educação. Precisamos promover encontros entre a educação urbana e a rural, para identificar e valorizar as diferenças, diminuindo as desigualdades entre ambos os modelos escolares. Que seja um modelo em que campo e cidade não se excluam, mas interajam e se integrem, respeitando suas diferenças.

Os professores e os alunos entrevistados disseram que a educação rural no município é um grande desafio. Os problemas educacionais são bastante acentuados, tanto na zona urbana quanto na rural. No entanto, na zona rural as dificuldades são mais acentuadas, devido à falta de uma adequada estrutura física das escolas, à falta de formação continuada para os professores, à existência de classes multisseriadas, à distância entre a residência dos alunos e a escola, ao trabalho da roça, ao currículo inadequado, à falta de transporte escolar e de escolas funcionando em centros comunitários. Como as escolas, em sua maioria, são distantes da

⁶ As transformações necessárias são grandes, entre elas: mudanças no currículo escolar, mudanças metodológicas, de infra-estrutura física, de adaptação do calendário escolar, de organização do tempo escola-comunidade entre outras.

sele do município, torna-se difícil um maior acompanhamento por parte da secretaria de educação. Este é o caso da escola da comunidade Santa Maria.

A conclusão a que chegamos é que a tarefa de pensar e repensar a escola rural a partir de sua dinâmica, no sentido de superar práticas antidemocráticas, excludentes e urbanocêntrica é, sem dúvida, um grande desafio que precisa ser assumido pelo governo municipal, pela comunidade, pelos pais, pelos alunos e pelos professores. Assim, quem sabe, a repetência e a evasão passem a ser coisas do passado na escola rural da comunidade Santa Maria, em Concórdia do Pará.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. & FERNANDES, B. M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, n.º. 2).
- ARROYO, M. G. Escola Cidadania e Participação no Campo. *Em Aberto*, Setembro, n.º. 9. Brasília, 1992.
- ARROYO, M. G. Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da Educação Básica. *In*: ABRAMOWICZ, A. & MOLL, J. (Org.). **Para Além do Fracasso Escolar**. Campinas: Papirus, 2001.
- CALAZANS, M. J. C. Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural. - Traços de uma Trajetória. *In*: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre. **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papirus, 1993. p. 15-42
- CHAMADA À AÇÃO. Programa de Pesquisa e Operacionalização de Políticas Educacionais. 2.ª. Ed. Brasília, 1997.
- DAMASCENO, M. N. & THERRIEN, J. **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papirus, 1993.
- FERNANDES, B. M. Educação no Meio Rural: por uma escola do campo. *In*: **Revista Geopantanal**, n.º. 4. Corumbá, 1999.
- FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma Caminhada. *In*: CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J. (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma

educação do Campo, 2002. p. 89-101. (Coleção por uma educação do campo 4).

GIMONET, J-C. *Une composant d'une système éducatif: L'alternance au sein des MFREO*. Paris: Edilig, 1982.

GRITTI, S. M. *O Papel da Escola Rural na Penetração do Capitalismo no Campo*. Dissertação de Mestrado. Pelotas: MDS/UCPel, 2000.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Sinopse Estatística da Educação Básica*. Brasília: Censo Escolar/INEP, 2007.

KUENZER, A. Z. *Ensino Médio e Profissional: as políticas do estado neoliberal 3ª. ed.* São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época. v. 63).

KOLLING, E. J. *Por uma Educação Básica do Campo*. Brasília: Fundação Universitária de Brasília, 1999.

LEITE, S. C. *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

MOURA, M. M. *Os Herdeiros da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1978.

OLIVEIRA, J. F.; LIBÂNEO, J. C. A educação Escolar: Sociedade Contemporânea. *In: Revista Fragmentos da Cultura*, v. 8, n.º. 3, Goiânia: IFITEG, 1998. p. 597-612.

PATTO, M. H. de S. *A Produção de Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

PERRENOUD, P. *A Pedagogia na Escola das Diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

RABELO, J. J. *A Pedagogia do Movimento Sem-Terra: para onde aponta o projeto de formação de professores do MST*. Doutorado em Educação. Fortaleza: UFC, 2005.

SILVA, E. M. C. de S. *Políticas Públicas Educacionais e Assentamentos rurais de Corumbá/MS (1984-1996)*. Campo Grande: UFGS, 2000.

TORRES, R. M. Repetência Escolar. Falha do Aluno ou Falha do Sistema? *In: Pátio Revista Pedagógica*. n.º. 11. Porto Alegre, 2000.

ZAMBERLAN, S. *Pedagogia da alternância: escola da família agrícola*. Santa Teresa: MEPES, 1995.